

ASPECTOS ECOLINGUÍSTICOS NA PRODUÇÃO E EVOLUÇÃO DE TEXTOS OFICIAIS

SANTOS, Fabiana Silva
Acadêmicas SE da UFRR
rr.fabiana@gmail.com
RODRIGUES, Micheline de Lima
Acadêmicas SE da UFRR
chelelima1@outlook.com
FERNANDES, Ronya Elizana
Acadêmicas SE da UFRR
ronyafermandes@hotmail.com
ALVES-DA-SILVA, Maria Ivone
Professora UFRR; Doutoranda Letras Neolatinas UFRJ
maria.ivone@ufr.br

RESUMO: A Ecolinguística mesmo sendo muito nova no Brasil tem sido percebida pelos pesquisadores brasileiros como necessária para a compreensão de aspectos linguísticos que extrapolam as regras, e traz um novo ponto de vista, em defesa de uma abordagem mais holísticas do ambiente em que o indivíduo, secretário executivo, produz documentos oficiais. O objetivo da pesquisa é analisar a influência dos aspectos ecolinguísticos na produção e evolução dos documentos oficiais no setor público. A fundamentação teórica perpassa pelos textos da linguística histórica com a obra Gramática Histórica da Língua Portuguesa (SAID ALI, 1963), Sociolinguística-Uma Introdução Crítica (CALVET, 2002) e Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente (COUTO, 2009). Como resultados tem-se que, a língua é importante, pois é através dela que é gerada a forma de linguagem, escrita, fala, e discurso que se organiza e determinam os gêneros. Neste sentido, no ambiente público em que o indivíduo manifesta e desenvolve os processos de comunicação, a evolução dos documentos oficiais perpassa pelas questões de gênero, que envolve a cultura e principalmente são influenciadas pelo ecossistema e seus meios ambientes: mental (a fala verbal), social (o desenvolvimento da língua) e Natural (o uso da língua), em que o sujeito produtor está inserido.

Palavras-chave: Aspectos Ecolinguísticos. Secretariado. Documentos oficiais.

1 INTRODUÇÃO

Todo o funcionamento da língua é caracterizado, e determinado pelo ambiente no qual o indivíduo está inserido, por isso a influência da Ecolinguística, que é a relação entre o meio ambiente e língua, traz questões que indicam que essas relações podem nos afetar e desencadear uma série de mudanças que farão com que cada região possa se expressar/comunicar de modo diferenciado, ou seja, cada região tem a sua peculiaridade nos seus modos de fala, gíria e valores, mas que não afetam a norma culta escrita, que é padronizada e linguisticamente rigorosa quanto ao uso.

A partir do momento que se compreende o uso da linguagem e a contextualiza-se, faz dela adaptações para se comunicar com outros estabelecendo uma interação social entre os falantes. Da socialização cultural as manifestações da língua e suas diversidades linguísticas, refletem de forma imediata na compreensão e elaboração dos textos oficiais, quando é necessário exteriorizar pensamentos críticos, mostrará como cada indivíduo vai se expressar e usar a língua em um determinado ambiente o qual se adaptará para agir dentro das normas de padronização de cada ambiente. Nesse contexto o autor CÂMARA JR. (2010), compreende

que a linguagem é uma das principais ferramentas de trabalho para o profissional de secretariado, pois em seu cotidiano, as atribuições por ele exercidas, exigem o bom uso de estratégias linguístico-discursivas a fim de realizar diferentes ações, verbais ou não para desempenhar com excelência suas competências, sendo fundamental que ele domine a retórica, ou seja, a arte de falar bem, de se comunicar tanto oral como na escrita, de maneira clara e transmitindo a informação ou suas ideias com convicção, buscando sempre o aperfeiçoamento em ambas as competências. Portanto quando se trata de ambiente público, o uso da linguagem seja formal ou informal, e como instrumentos de transmissão à comunicação, o sujeito está pré-disposto a fazer uma compreensão daquilo que esta em seu convívio, e que reflete no seu modo de fala, escrita, costumes e valores.

No entanto, quando se pretende construir um texto, é necessário saber distinguir gêneros e tipos textuais e fazer uso da língua padrão, de maneira diversa daquele artigo, redação, correspondência partícula etc., para que o receptor possa compreender melhor. Para MEDEIROS (2003), o uso dos manuais de redação oficial na administração pública, é imprescindível para que haja unificação nas correspondências, e para proceder de forma normativa os documentos oficiais, com a padronização, compreensão, clareza e linguagem adequada, evitando assim, que os vocabulários ou gírias regionalistas dificultem a compreensão das partes. Os instrumentos de comunicação oficial, mesmo estruturalmente dotados de normas, em sua maioria estão limitados a seguir um modelo pronto de “copiar e colar”, dificultando assim, a busca de pensamento, concentração das ideias, e um bom vocabulário, para produzir um bom texto, pois se deve levar em consideração recursos que serão imprescindíveis neste processo de produção e englobam uma série de elementos linguisticamente essenciais (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas), devendo, portanto, caminhar de acordo com a evolução da língua, pois na prática a produção textual, vai muito além do somente escrever.

Neste sentido, propomos responder de que forma os aspectos ecolinguísticos em um ambiente de produção de documentos oficiais, no qual ocorrem formas de manifestação (variantes, cronoleto e o dialeto) da fala em uma língua, podem influenciar nos processos de produção desses documentos?

Analizamos por meio de estudos bibliográficos, a influência desses aspectos na produção e evolução dos documentos oficiais no setor público, levando em consideração os aspectos no ambiente mental, natural e social da língua. Pois de nada adianta se comunicar se não puder classificar ou ordenar de forma que uma pessoa possa ser compreendida por outra.

2 METODOLOGIA

Na elaboração deste trabalho, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Conforme Fonseca, (2002, p. 32), a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Nesta perspectiva, foram consultadas várias literaturas relativas ao assunto em estudo, e artigos publicados na *internet*, que possibilitaram que este trabalho tomasse forma para ser fundamentado. Assim, para tratarmos, sobre a influência dos aspectos ecolinguísticos na produção e evolução dos documentos oficiais no setor público, que é objetivo da pesquisa, inicialmente julgamos necessária a fundamentação teórica que perpassa pelos textos da linguística histórica, pois, acreditamos ser relevante essa abordagem porque esse percurso

histórico é base epistemológica no âmbito dos estudos de linguagem, o qual contribui para compreender as mudanças em relação à língua.

Em sequência, discorreremos sobre a Sociolinguística, mostrando as variáveis de línguas através das relações e suas consequências e a variedade linguística como uma grande influenciadora da linguagem de um povo, considerando os aspectos no ambiente mental, natural e social da língua objetos de estudos da Ecolinguística, que se baseia na ecologia biológica para compor suas bases epistemológicas e analisar como a linguística analisa, suas inter-relações, a evolução e o ecossistema, e por fim discorreremos sobre os processos de transmissão, construção e uniformização de textos nos documentos oficiais, levando em consideração seu relacionamento no meio social, as questões de gêneros e sua evolução, norteando pelas normas legislativas que são estabelecidas no âmbito público, o qual estabelece a maneira em que o indivíduo pode aplicar os usos da língua.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DA LÍNGUA

Todo e em qualquer ambiente, há formas de comunicação, o ecossistema, o meio ambiente, a fauna e flora, os seres vivos, e para o homem, não é diferente e essa busca pela interatividade vem desde muitos séculos atrás, no período pré-histórico, onde havia a necessidade de o homem primitivo se comunicar com outros, os gestos e ruídos que faziam à época, já não eram suficientes para se comunicarem entre si, e sim marcas que pudesse informar a presença de determinado grupo no ambiente, como uma mensagem para que tivessem informações uns dos outros. Assim, evoluíram e passaram a ser grafadas nas paredes das cavernas, desenhos e gravuras que determinava sua passagem e por conseguinte uma maneira de expressar também os sentimentos, pela qual foi englobando-se neste processo os símbolos representativos (vogais e consoantes) como forma de linguagem escrita e que deram início aos primeiros passos até chegar ao nosso método de comunicação atual e preciso. Nessa perspectiva histórica, Silva (2012, p. 21) diz que, o homem precisou evoluir para ter uma forma de comunicação mais eficaz e de melhor entendimento, que ao longo dos anos foi modificando-se e adaptando-se aos seus usuários para que a comunicação se tornasse precisa, o som, a grafia e a letra formando-se assim, a técnica da leitura. Neste sentido, o desenvolvimento linguístico continua a evoluir-se e modificar-se conforme a necessidade dos homens, para que haja melhor entendimento entre todos.

Segundo M. Said Ali (1963) em sua obra Gramática Histórica da Língua Portuguesa (Prologo da Lexeologia), diz que as mudanças na linguagem (fala e escrita) e as alterações em língua portuguesa, são necessárias para a evolução do homem:

O português moderno não ficou nem podia ficar estacionado, ele se designa pelos qualitativos quinhentistas, seiscentistas, setecentistas à linguagem própria das respectivas eras. E reserva-se a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual, criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII. (SAID ALI, 1963).

Ressalta ainda que:

As alterações linguísticas não dependem do calendário, nem do ano em que o século acaba ou começa. [...] o que devemos entender, é a maneira de falar dominante em grande parte da respectiva era, ou nela principalmente. Na antiguidade, antes do surgimento da escrita alfabética séc. VII A.C, havia um número limitado de gêneros. Após a invenção da escrita multiplicaram-se os gêneros de tal forma que se torna difícil mensurá-los. (SAID ALI, 1963).

Já Souza (2011), também se referente à evolução da língua, que segundo ele, é alterada com o passar do tempo, sob o uso e a influência do povo que a utiliza.

Não há duvida que a língua se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades do usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos é um erro iguala ao de afirmar que a sua transplantação para América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influencia do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. (SOUZA, 2011, p.39)

Contudo, o continuo uso da língua, vem como forma de facilitar o processo de comunicação e escrita, e sua evolução ocorre, pela integração da mistura entre os povos de línguas diferentes, o que acaba por afetar a língua materna da região ou país, e assim da mistura das línguas nasce um novo tipo de linguagem e a necessidade de mudança também na língua oficial. No Brasil, a última reforma ortográfica da língua portuguesa aconteceu em 2009, o qual decididamente implantou-se uma forma “mais fácil” de compreensão de algumas palavras, para melhorar e unificar a língua entre os Países que falam a Língua Portuguesa. Com a abrangência da tecnologia nos dias atuais, a comunicação entre as pessoas que interagem por meio das comunidades virtuais, passa a escrever de uma forma diferente com uma linguagem menos intelectual, o que acaba por afetar muitas vezes a ortografia na produção de um texto, sendo de grande importância quando se pretende redigi atos normativos e comunicações oficiais devendo-se empregar um determinado nível de linguagem, mais formal. Segundo Castilho (2010, p.105), “um conhecimento mais minucioso do português pressupõe a organização de grandes corpora de língua, atividade que está se acelerando graças às facilidades trazidas pela informática”.

Mas o surgimento da Língua Portuguesa se deu a partir do século XI e XII, com as transformações do latim vulgar no romance ibérico e o aparecimento dos primeiros documentos escritos na nova língua, aponta Castilho (2010). Se considerarmos as mudanças que o latim se sucedeu ao longo da história de um povo, a classe social influenciou nos comportamentos sociais e linguísticos da mistura das línguas pelo contato de culturas diferentes, remetem a uma variedade, o qual faz toda a diferença quanto as raízes dessa variação linguística, pois daí ascende a questão das normas e padronização como forma de classificar a língua falada. Nesta perspectiva, Castilho (2010), enfatiza que as mudanças na língua ocorre pelas adaptações que os humanos são submetidos.

As línguas são constitutivamente heterogenias, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Eles são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas. Variação e mudança são propriedades linguísticas que não impedem a intercompreensão, porque obedecem a uma sistematização e a uma regularidade, comprovada por pesquisas de sociolinguísticas e de linguistas históricos. Entre outras, a teoria da variação e mudança focaliza essa característica das línguas. (CASTILHO, 2010, p. 197).

Conforme Castilho (2010), falar bem e escrever melhor é uma questão social vista aos olhos nus, e que a sociedade humana se restringi a certo tipo de variedade culta e discriminando a outra dita como popular.

A consideração nada razoável de que das diferentes variedades que convivem numa língua só tem interesse a variedade culta. Mais, tem-se firmado na sociedade brasileira a percepção de que só há um tipo de gramatica, a Gramatica Prescritiva.

Só há uma variedade linguística boa: o padrão culto. Falar bem e escrever melhor seria, ademais, uma questão de obediência a regras. Não é necessário refletir muito para identificar as consequências políticas dessa atitude. (CASTILHO, 2010, p. 90)

Aborda ainda que:

O tipo de língua portuguesa trazida para o Brasil, os contatos linguísticos com índios, africanos e as línguas de migração, a intensa urbanização do país e o avanço da fronteira agrícola, misturando os falares sulistas aos nordestinos, tiveram com resultado muito provavelmente a manutenção do português arcaico do século XV, com pequenas contribuições trazidas pelos não-falantes do português. Era esse o momento histórico da língua praticada pelos portugueses que embarcaram para cá. (CASTILHO, 2010, p. 192).

Os contatos linguísticos trouxeram para cada região uma forma de adaptação para se comunicarem, esse era o início da estruturação das línguas, que ao se misturando umas com as outras deram a cada umas das regiões brasileiras sua peculiaridade linguística. Por outro lado, Bagno (2004), ressalta a questão do preconceito linguístico pela diferença de *status* social dentro de um contexto, criam abismos linguísticos entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro, e os falantes da variedade culta, que é a língua ensinada nas escolas.

O fato de no Brasil o português ser a língua da imensa maioria da população não implica, automaticamente, que esse português seja um bloco compacto, coeso e homogêneo. Na verdade, como costume dizer, o que habitualmente chamamos de português é um grande “balaio de gatos”, onde há gatos dos mais diversos tipos: machos, fêmeas, brancos, pretos, malhados, grandes, pequenos, adultos, idoso, recém-nascido, gordos, magros, bem-nutridos, famintos etc. Cada um desses “gatos” é uma variedade do português brasileiro, com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional. (BAGNO, 2004, p.18).

Em suma, pode-se dizer que a evolução da língua sem distinção de país ou região é gradativa e dependente dos que convivem em seu ambiente e da interação entre as várias línguas existentes, pois é da cultura e mistura de povos que se acrescenta um determinado tipo de linguagem sendo culta ou não, que se restringi a determinação da classe social, levando a uma variação de canal entre a língua falada e a língua escrita.

4 ECOLINGUÍSTICA: UMA NOVA PERSPECTIVA, HOLÍSTICA E INTEGRADORA NA ÁREA DA LINGUAGEM.

Segundo Couto (2007), em sua obra Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente, a língua participa de pelo menos, mais dois meios ambientes, além do social. Há uma integração entre o ecossistema e a língua, pois a base física do território é composta pelo convívio de um povo e das Inter-relações entre língua e meio ambiente, ou seja, a base física do território integra o ecossistema. Para o autor epistemologicamente baseando-se na ecologia, não há distinção entre gramática gerativa e sociolinguística, a língua é as duas coisas. Explicando o ecossistema da língua, no sentido de visão integradora, o qual engloba em seus estudos princípios de ecologia interna e externa. Essa nova perspectiva traz consigo, um sentido mais amplo e olha diferenciado, pois trata da linguagem pelo sentido do meio físico da integração de um povo, ou seja, o Território. A ecolinguística holisticamente nos mostra o quão importante é a relação da existência e iteração do universo com os seres, para a formação de uma linguagem.

Para Couto (2007, p. 27), “o ecossistema é um sistema dinâmico, em constante evolução, que é justamente o que ocorre com as línguas nas situações de contato”. Ele afirma que existem outras definições extremamente interessantes para a área ambiental, como o conceito de comunidade biológica, que se entende pelo conjunto formado pelos seres vivos em geral, e que convivem em um determinado território, esse território ou ocupação é denominado habitat. Próximo a definição de habitat, tem-se o de nicho ecológico, que se refere ao papel que o organismo realiza no funcionamento de um ecossistema “o habitat é o ‘endereço’ do organismo e o nicho ecológico sua ‘profissão’ ”. Assim, o nicho ecológico depende não só de onde o organismo vive, mas também do que ele faz e como é influenciado pelas outras espécies.

O conceito de adaptação também é fundamental para a ecolinguística, pois os organismos sempre se adaptam ao meio ambiente, uma vez que há variações de clima, solo e temperatura. Com isso acaba surgindo novas palavras e conceitos o que é importante para o cenário ambiental a variação de palavras, e adequá-las as novas condições socioambientais assim atendendo as novas necessidades comunicativas e expressivas.

Para Couto (2007), a sociedade que chama de P organizado, é apenas umas das facetas de meio ambiente. Na verdade, além desse meio ambiente social, existem ainda o meio ambiente mental e o meio ambiente natural (ou físico). Nesse sentido o autor afirma que:

O meio ambiente da língua é de natureza tríplice: há uma parte física, que constitui o meio ambiente natural, e uma parte social, o meio ambiente social e entre os dois, ou melhor, na transição de um para outro temos o meio ambiente mental, que se constitui de processos mentais, sobre a infraestrutura do cérebro. (COUTO 2007, p. 124).

Quanto ao meio ambiente natural tem como tarefa de base acompanhar as diversas fases ou diversos estados da língua, entendidos como um “organismo psíquico”, ou mental como daríamos hoje. Segundo o autor Edward Sapir (1963, p. 44-45 apud COUTO 2007, P. 124) “os aspectos geográficos, ou seja, a topografia (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas é o que se pode chamar a base econômica da vida humana, a fauna, a flora, e os recursos minerais do solo”. Por outro aspecto Couto (2007) compreende que não apenas o espaço físico propriamente dito, mas também salienta que não menciona no contexto proposto os outros meio ambientes da língua, muito menos o mental e ainda ressalta os Ecolinguistas dinamarqueses Door & Bang (1996, p. 23 apud COUTO 2007, p.124), pois acredita que ambos os autores tem uma compreensão de que existem os três tipos de meio ambientes ora discutidos, e afirmam a relação de qualquer evento com a três dimensões: “a dimensão biológica, a dimensão ideológica, e dimensão sociológica, que equivalem, respectivamente a meio ambiente natural, meio ambiente mental, e meio ambiente social” Couto (2007, p. 124).

Portanto, Couto (2007), Resume que,

O **MA social** é constituído pelos processos sociais da Comunidade; o **MA mental** é constituído pelos processos mentais de cada membro da Comunidade; o **MA natural** compreende tudo que Sapir (1963) mencionou mais ou menos de P *qua* corpos físicos. (COUTO 2007, p. 124, grifo do autor).

Considerando a realidade da língua usada no Brasil, pela perspectiva Social, a língua brasileira não é homogenia, pois está em constate mudança, refletindo muitas vezes nos aspectos sociais como uma linguagem preconceituosa que sempre busca diminuir o pobre e beneficiar o rico, mas que não deveria ser vista como discriminadora e sim como uma

variedade linguística holística e integradora como vê os linguísticos. Já pelo Mental, conforme a teoria da relatividade linguística, a língua direciona o modo de ver o mundo, podendo assim, limitar o conhecimento de uma pessoa analfabeto que mora no interior, por exemplo, e que tem ali no seu habitat natural perspectiva de vida e futuro, ou seja, defender a diversidade cultural de acordo com o seu valor o qual deve e pode ser respeitado, e que não precisa se deter de uma linguagem culta, mas sim de uma forma que possa ser compreendido.

Na perspectiva natural, Couto (2007), aponta que foi através da história com as descobertas marítimas nos séculos XV e XVI os portugueses ampliaram o império da sua língua no Brasil, a língua portuguesa brasileira possui uma grande diferença de outros países que falam a língua portuguesa, pois há diferenças sintáticas, semânticas e fonéticas, devido à integralização das manifestações das línguas que pela grande diversidade e variedade linguística que existe, devido ao seu uso, onde palavras antigas se perdem e outras não. Por outro lado estudos com relação a língua e o meio ambiente natural, são em defesa, da grande e avassaladora rede de palavras que intitulamos como “más” ou “boas”, por não compreendermos o sentido delas, o que implica na perda da diversidade ambiental (fauna e flora) e com ela a perda da diversidade cultural que está ligada a linguística, ou seja, quando há uma perda de cultura, o mundo aos poucos se modifica tornando-se automatizados e/ou robotizados, sem perspectiva de criar pensadores críticos e criativos, devido ao uso constante da informatização.

Diante desse contexto, além de ser uma ciência um tanto nova, a Ecolinguística se preocupa com o meio ambiente e o ecossistema, integrando também conhecimentos das ciências econômicas e das ciências sociais. Mas a sua maior preocupação está na língua, pois essa é fundamental na construção de discursos que enumeram os discursos de temáticas ambientalistas. Para Couto (2007, p. 46), “a Ecolinguística nos convida a encarar os fenômenos da linguagem do ponto de vista do respeito e da preservação da vida, em todas as suas manifestações”. É através da linguagem e das leituras aprofundadas que a pessoa encontra argumentos consistentes que poderão servir para o estímulo e reflexão para o despertar essencial da consciência do sujeito. Assim, vemos que a variedade linguística que está inserida no campo social da língua, está em constate mudança e presente todos os dias, onde há uma distinção nos modos de fala e escrita de qualquer pessoa, pelo convívio e modo de desenvolvimento, seja mental ou físico, que está sempre se adequando a determinada situação, e assim conseguir formular sistemas de ideias mais críticos e fundamentados pelo ato da leitura.

A Sociolinguística traz uma contribuição no entendimento quanto ao campo social das línguas, pois estuda os fenômenos da linguagem, abordando qualquer questão linguística. Ela tem um efeito da sociedade sobre a língua, mostrando que seu uso depender das pessoas que as falam e têm influência do ambiente no quesito econômico em que está inserido, dividindo e discriminando parte da língua falada, pois na escrita tem uma normatização a ser seguida, mas são poucas as pessoas que a põe em prática pela falta de entendimento dela. Essa forma de preconceito gera aos que não detém de uma língua mais formal e culta, uma dificuldade na compreensão do emissor.

Para Calvet (2002, p.89) a língua é fundamental em qualquer sociedade porque, independentemente do grupo social, o uso da língua é fundamental e indispensável para a comunicação,

As línguas mudam todos os dias, evoluem, mas a essa mudança diacrônica se acrescenta outra, sincrônica: pode-se perceber numa língua, continuamente, a coexistência de formas diferentes de um mesmo significado. Essas *variáveis* podem ser geográficas: a mesma língua poder ser pronunciada diferentemente, ou ter um léxico diferente em diferentes pontos do território. [...] mas essas *variáveis* podem também ter um sentido social, quando em um mesmo ponto do território uma

diferença linguística é mais ou menos isomorfa de uma diferença social. (CALVET 2002, p.90, grifo do autor)

Nesta perspectiva, a Sociolinguística tem o objetivo de desenvolver métodos para a compreensão da língua dentro da sociedade buscando adaptar o meio ao contexto, onde sofre modificações.

A descrição das línguas e das situações das línguas é, com efeito, coisa relativamente simples (mesmo que para isso seja preciso elaborar uma teoria), mas que permanece na superfície dos fatos, que é cientificamente frágil. Para compreender o porquê dessas situações, o porquê da variação linguística, das atitudes e das estratégias, é preciso ir à raiz – social – dos fenômenos; e é isso que faz caducar a oposição entre linguística e sociolinguística. (CALVET, 2002, p. 144).

Na perspectiva Sociolinguística a relação das atitudes e comportamentos sociais e linguísticos dos falantes dentro de uma sociedade em ambientes diferentes, levando em consideração o modo como cada indivíduo independente do outro, se expressa devido ao uso corrente do léxico por meio da fala e interpretação do vocabulário.

Assim Calvet (2002), afirma que há muitas formas de se comunicar-se, mas a principal é pela língua. E somente conseguimos nos comunicar/falar por que estamos inseridos num ambiente o qual a linguagem é a principal manifestação de comunicação, mas que há tipos de linguagem diferentes, pois para cada região há uma cultura, um costume e um modo de fala que se diferenciam de região para região. E quando há uma mistura de culturas diferentes, nasce um novo tipo de linguagem. O Brasil é um exemplo de variação linguística, as modificações na linguagem acontecem o tempo todo e como isso afeta também os costumes e a cultura de uma determinada região. O ideal para uma manutenção linguística é haver uma atitude de compreensão entre os grupos falantes daquela língua materna para que não se perca a língua materna. Isso é conquistado diariamente, pois tem que ser um desejo de todos. Tudo isso ocorre pelo fator de que todos precisam se comunicar em um mesmo ambiente, e a única forma é pela língua. Portanto, essas manifestações da língua, têm o poder de mudar a forma de escrita de uma língua. Sua evolução acompanha a evolução da sociedade num processo que acontece de acordo com as mudanças socioculturais do mundo. A língua é parte fundamental da linguagem, a compreensão de Sousa (2011), é de que o modo de fala e escrita são elementos fundamentais de inter-relacionamento na sociedade, e que não há dúvida que a comunicação é fator de sobrevivência, pois garante a atuação e o relacionamento no meio social.

5 CONSTRUÇÃO E TRANSMISSÃO DE TEXTOS: SITUAÇÃO SOCIAL E AS QUESTÕES DE GÊNEROS.

O processo de construção de um texto perpassa necessariamente pelo contexto situacional em que os sujeitos envolvidos estão inseridos, isto implica na escolha do gênero.

Gonçalves (2011), afirma que:

Os gêneros textuais existem antes de nossas ações no cotidiano e são, obviamente, necessários para realizações de diversas ações. São “mecanismos fundamentais de socialização, de possibilidade de inserção prática dos indivíduos nas atividades comunicativas humanas”. Outra característica dos gêneros é a sua modificação ao longo de sua existência histórico-social, como, por exemplo, uma carta pessoal de hoje, séc. XXI, que, evidentemente, incorporou características língua-gerais atuais, do ramo da informática. (GONÇALVES, 2011, p. 30)

Conforme Marcuschi (2008) os gêneros também, são um tipo de gramática social, isto é, uma gramática enunciativa, onde a comunicação verbal só é possível por meio dos gêneros. Estamos sim, sujeitos a uma inserção de cultura coercitiva a qual devemos nos adequar a um conjunto de normas gerais e positivas com critérios de textualização, o qual vão regular a vida social e assegurar as condições de equilíbrio na sociedade, ou seja, por questões sociais que é imposto a nós pelo simples fato de organizar-se culturalmente e democraticamente, no contexto em que se está inserido, exigem naquele exato momento uma forma de pronunciamento e pensamentos diferentes do que se está acostumado, mas que faz parte para convivência em sociedade para estabelecer direitos e deveres aos homens.

Entretanto, na construção de um texto deve-se também levar em conta certo tipo de coerção e/ou padronização culta de linguagem, que devemos seguir, para organizar as palavras gramaticalmente e não fique difícil a compreensão pelo fato de não estar organizado sintaticamente. Mas deve-se levar em conta as informações para que não seja mal interpretada pelo interlocutor. Em um debate ou uma conversa..., um texto não é necessariamente produzido por um só locutor ele se apresenta como sendo atribuído a vários locutores. “Essa diversidade de vozes já é uma primeira forma de heterogeneidade dos textos. Outra forma de heterogeneidade: a associação, no mesmo texto, de signos *linguísticos* e signos *icônicos* (fotos, desenhos...)”, compreende, Maingueneau (2013, p. 64).

Com base referencial nos estudos feitos por Silva, (2012)

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir aos textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Exs: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, bula de remédio, outdoor, resenha, piada, bate papo por computador, etc. Diante disso, esses discursos e textos são diversificados em signos verbais e não verbais que são os gêneros”. (SILVA, 2012, p.34)

Nesta contextualização, Arisberto Souza (2011, p. 23 *apud* BAKHTIN, 1997), em sua Dissertação sobre gêneros textuais no livro didático de Língua Portuguesa como ferramenta para as práticas linguísticas e sociais, tem uma compreensão de que, a dimensão constitutiva dos gêneros comporta “três elementos: conteúdo, estilo e construção composicional”; quando se aborda um tema o uso desses elementos são imprescindíveis para obter-se recursos lexicais, gramaticais, por exemplo, que expressa a estrutura típica de cada gênero específico. Geralmente a pessoa que trabalha no serviço público tem a tarefa de redigir, de raciocinar e sintetizar algo, seja aluno, acadêmico ou profissional, não importa o ambiente em que está, há sempre a necessidade para que se produza um texto independentemente do seu gênero, secretárias tem essa função por formação.

Já na visão de Maingueneau (2013), um texto trata da compreensão em que o indivíduo obteve pela construção de conhecimento adquirido pela necessidade de escrever, para o autor:

Texto” emprega-se igualmente com um valor mais preciso, quando se trata de aprender o enunciado *como um todo, como constituindo uma totalidade coerente*.[...] com efeito, tende-se a falar de “texto” quando se trata de produções verbais orais ou escritas, estruturadas de forma a perdurarem, a se repetirem, a

circularem longe de seu contexto original. (MAINGUENEAU, 2013, p.64, grifo do autor)

Marcuschi (2008) corrobora com Maingueneau (2013), com base na relação de oralidade e escrita, quando diz que:

O interesse do código linguístico (imanência das formas) para o funcionamento da língua ou, numa formulação mais comum, para a análise de textos e discursos (em certo sentido, o plano de enunciação). Isso tornará possível observar o que fazem os falantes com/na/da língua e, principalmente, como se dão conta de que estão fazendo uma determinada coisa com a língua. Também permite trabalhar as relações entre oralidade e escrita. (MARCUSCHI, 2008, p 64)

Ana Luíza Soares (2011), em seu artigo, “A Comunicação Escrita Oficial no Cotidiano Laboral do Profissional de Secretariado Executivo do Setor Público” ressalta que, em sentido amplo, um texto bem elaborado, mantém a unidade linguística de um povo, mas que ao mesmo tempo também reflete a história da humanidade em si, ou seja, é preciso se comunicar bem, falar bem para um bom entendimento entre as pessoas, e ressalta que:

[..] A linguagem seja falada ou escrita, é o elemento fundamental desse inter-relacionamento na sociedade. Entretanto, é a língua escrita, mais bem elaborada, que mantém a unidade linguística de um povo, ao mesmo tempo em que reflete a história da humanidade. (ANA LUÍZA SOARES, 2011, p. 3)

Assim posto, quando se pretende construir um texto, é necessário que saibamos distinguir gêneros e tipos textuais. Uma boa comunicação permite ao indivíduo construir pontes e eliminar os ruídos que possam vir a existir e assim, classificar um determinado assunto compreendendo e direcionando-os de forma correta.

6 LINGUAGEM PADRÃO, PADRONIZAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO NAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS.

As atribuições diárias de uma secretária são muitas, conforme ressalta Medeiros (2004, p. 280), “as atribuições são [...] redigir cartas, memorandos, bilhetes, documentos de toda espécie, como procuração, editais” [...] A lista é quase infundável, porem o autor destaca que a secretária só realizará suas tarefas se for flexível e tiver agilidade.

O profissional de secretariado que assessora o executivo, é totalmente capaz de tomar decisões, e as responsabilidades para si, de acordo com Medeiros (2004):

Secretária é uma profissional que assessora o executivo, transmite-lhe informações e executa as tarefas que lhe são confiadas. Ela transformou-se, no mundo moderno dos negócios e nessa era da globalização da economia, em assistente executiva que domina as habilidades requeridas num escritório, demonstra capacidade para assumir responsabilidade sem supervisão direta e tem iniciativa para tomar decisões segundo os objetivos assinalados pela autoridade. (MEDEIROS, 2004, p. 312).

Ressalta ainda que, “*Anteriormente*, o executivo ditava cartas que a secretária datilografava. *Hoje*, o executivo digita sua correspondência e a envia por fax ou *e-mail*, ou delega totalmente à secretária a redação e assinatura da carta”. (Medeiros, 2004, p. 313, grifo do autor). No entanto, no setor público nem sempre os documentos são redigidos por profissionais de secretariado, que são mais especializados, que detém uma formação na língua culta, detendo conhecimentos gramaticais e textuais adequados a essa tarefa.

Vale ressaltar que embora a situação na maioria das vezes determine o nível de linguagem a ser usada, dentro do ambiente público, a norma que prevalece é a norma culta, mesmo que o receptor fale apenas a linguagem popular, o emissor usará a norma culta, porém com palavras de fácil compreensão para o receptor, ou seja, sem palavras difíceis ou técnicas, assim, uma parte dos servidores que são designados a tarefa de redigir documentos não o fazem com proficiência adequada, por não terem conhecimentos e nem habilidades suficientes, e conseqüentemente, redigem comunicações fora do padrão oficial e sem eficiência. Assim, como ferramenta de integração, com troca de informações e desenvolvimento, a comunicação se tonar eficaz na correspondência oficial, por ser o meio pelo qual é utilizado para transmitir o que se deseja, de forma que todos possam compreender o uso da linguagem padrão, que com o passar do tempo exige-se cada vez mais sua atualização e transformação para melhorar o bom entendimento entre as pessoas, onde se faz necessária e eficaz, para estabelecer a comunicação entre uma entidade pública com outros órgãos.

Dentro do contexto situacional da instituição pública, tem-se que os documentos devem ser padronizados, considerando as normas estabelecidas a partir das necessidades inerentes ao setor público e à Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que define a base normativa para o desenvolvimento tecnológico do país. Portanto, ela cria regras para tudo e essas regras devem ser respeitadas, para que haja uma padronização e organização de todo o fluxo na sociedade.

Conforme Rosimeri Ferraz *et al.*, (2014), em seu artigo: A comunicação Oficial na Gestão Pública: Ocaso da Universidade Federal de Sergipe.

Neste tema específico de redação oficial, em que normas, leis e prerrogativas impõem a compreensão sob aspectos peculiares, faz-se necessária a inicial conceituação das expressões “redação” e “oficial”. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009, p. 1627), a redação é “ação ou efeito de redigir, de escrever com ordem e método” e, oficial significa: “emanado de autoridade pública ou de autoridade competente” ou “próprio de textos administrativos” (2009, p. 1379). Assim, pode-se abstrair o entendimento de que a redação oficial seja uma ação de redigir com ordem e método textos administrativos emanados por autoridades públicas. (ROSIMERI FERRAZ *et al.*, 2014, p. 105-117)

No processo de formação o profissional de secretariado executivo, adquire as habilidades e conhecimentos específicos em Língua Portuguesa, entre outras, que fornecem a capacidade de desenvolver textos de qualquer natureza. Estas características inerentes aos profissionais atuais no que concerne a capacidade de comunicação, trabalho em equipe, liderança, proatividade, criatividade e postura diante das situações que surgirão na vida profissional, onde serão capazes de atuar em qualquer um dos âmbitos públicos, seja federal, estadual ou municipal, ou em qualquer outra instituição privada.

Dado o Exposto Ana Luíza Soares (2011, p. 3), diz que “a qualidade da escrita é um atributo que o secretário executivo deve dominar, dado que, a redação de documentos oficiais integra a suas atribuições”. Sendo assim, desenvolverá bem a habilidade da redação oficial, por fazer parte de suas atribuições profissionais que estão regulamentadas conforme disposto no artigo 4º inciso IV da lei 7.377, de 30 de setembro de 1985, modificada pela Lei 9.261 de 10 de janeiro de 1996¹.

No ambiente público brasileiro, as normas para elaboração dos documentos oficiais são inúmeros, seja de qualquer um dos Poderes da União, do Distrito Federal, dos Municípios

¹Ver Art.4º da referida Lei que trata especificamente sobre as São atribuições do Secretário Executivo.

e dos estados, ambos utilizam de Norma Constitucional, como meio de padronizar as correspondências oficiais. O Poder Executivo utiliza o Manual de Redação da Presidência da República (2002), doravante denominado MRPR, que também orienta as formas de apresentação dos atos normativos e comunicações, baseados na redação oficial pelo Poder Público. Onde se fundamenta em regulamentações também oficiais, como a Portaria N° 1 de agosto de 1937, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que instituiu a primeira norma para adequar a uniformidade na correspondência oficial, e até hoje é usada e citada no Manual de Redação da Presidência da República, o qual foi criado pela Secretaria Geral n° 2, de 11 de janeiro de 1991 (BRASIL,1991), que instituiu a primeira edição do MRPR, cuja segunda edição foi revista e atualizada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República em 2002.

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República:

A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos públicos, o que só é alcançado se em sua elaboração for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade. As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos. Não há dúvida que um texto marcado por expressões de circulação restrita, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou o jargão técnico, tem sua compreensão dificultada. (MRPR, 2002, p.4)

As Instituições públicas, geralmente têm elaborado algum tipo de material de circulação interna (cartilhas, apostilas, manuais, etc.) em conformidade com os critérios normativos do Manual de Redação da Presidência da República, e as normas da ABNT, com a finalidade de padronizar suas correspondências e documentos oficiais. Material como Manual de Redação Oficial dos Municípios, que tem sido utilizado pela administração municipal escrito por Ledur (2007), que serve de referência para secretários em formação como em atuação.

A Universidade Federal de Roraima, por exemplo, adequada à confecção de trabalhos científicos, a uma forma de normatização interna, para os trabalhos técnicos científicos que atualmente é regido pela Resolução n° 009/2011-, 15 de junho de 2011, conforme o Manual de normas para apresentação dos trabalhos técnicos e científicos da UFRR (2011, p. 7), a preparação da primeira edição foi feita apenas por uma bibliotecária, haja vista que à época a Biblioteca Central possuía apenas duas profissionais de Biblioteconomia. No entanto a 2ª edição, por sua vez, teve participação de bibliotecárias que fazem parte do atual quadro de profissionais da UFRR e atualizadas de acordo com o que preceitua as novas normas da ABNT.

Neste cenário, onde se busca melhor qualidade, eficiência e eficácia, fazer usos dos manuais existentes, associadas ao grande conteúdo de informação no meio eletrônico, não são necessários para construção de qualquer documento, pois a elaboração perpassa a sua finalidade quanto à produção de textos e distinção de gêneros, o uso da língua depende da compreensão e grau de conhecimento que deve ser adquirido conforme seu aprendizado e aprimorado com a leitura. Sendo assim, a variação linguística é de suma importante, para produção de textos compreensíveis e de boa uniformidade, incorporado a um contexto de adequação do seu ambiente, mas que deve ser observado sempre as normas de padronização das correspondências oficiais pertinente a Instituição ou órgão público.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a expectativa de atender ao objetivo deste texto, analisar a influência dos aspectos ecolinguísticos na produção e evolução dos documentos oficiais no setor público, concorda-se que a variedade linguística é uma grande influenciadora na cultura de um povo, pelo fato de que todos precisam se comunicar em um mesmo ambiente, sendo a forma principal de comunicação, a língua. Isso é conquistado diariamente. Contudo é necessário que o profissional de Secretariado conheça e domine não somente a linguagem culta ou padrão, como também todos os outros níveis de linguagem e suas variações, pois suas habilidades de comunicação e conhecimento na prática para elaboração de correspondência oficial, enquanto forma de correspondência concreta, são adquiridas durante sua formação. E sem dúvidas, com a grande quantidade de manuais existentes para auxiliar na construção de documentos, não terá nenhum tipo de problema ou constrangimento na hora de atender aos diversos públicos da organização.

Neste sentido, as variações linguísticas são manifestações da língua que refletem de forma imediata na compreensão e elaboração de documentos oficiais. De qualquer forma, o secretário executivo vai estar apto a produzir tais documentos, considerando que cada indivíduo tem suas variações linguísticas, mas o mesmo irá se adequar à norma padrão quando se tratar de textos escritos, no entanto quando dos atos de fala, ou seja, na oralidade, ele também se adequará a cada ambiente, pois está pré-disposto a fazer uma compreensão daquilo que está em seu convívio, ou seja, o ecossistema como um todo é o principal influenciador de uma região ou ambiente em que está inserido e que refletem no seu modo de fala, escrita, costumes e valores. Considerando isso, a produção, construção e evolução de textos oficiais, perpassa pelas questões de gêneros, que envolve a cultura e requer uma linguagem mais formal padronizada estruturalmente, que é seguida nos manuais normativos pelo sujeito produtor.

Assim, a produção e evolução de textos estão associadas à aquisição de conhecimento próprio do indivíduo, seja profissional ou não, porque a experiência de vida do profissional que produzirá tal texto é influenciada pelo ecossistema em que ele está inserido, que por sua vez integraliza a cultura e socialização de um povo nos processos de comunicação e desenvolvimento humano. Ou seja, toda produção de material como os manuais, a existência de normas, e a produção do pensamento do indivíduo é parte do todo quando nos propomos a pensar essa evolução numa perspectiva da produção dos documentos oficiais.

REFERÊNCIAS

ALI, M. Said. **Grammatica secundaria da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos. [s/d.]. 325 p. Disponível em: <<http://www4.iel.unicamp.br/biblioteca/gramatica.php>> Acesso em: 01 de dez 2016.

_____. **Grammatica histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos. 2ªed. Melhorada e argumentada (1º premio Francisco Alves de 1921 e de 1927). 263 p. Disponível em: <<http://www4.iel.unicamp.br/biblioteca/gramatica.php>> Acesso em: 01 de dez. de 2016.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico – o que é, como se faz**. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Portaria da Secretaria Geral nº 2, de 11 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre atos e redação oficiais**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, DF, 15 jan. 1991, Seção 2, p. 188.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 7377, de 30 de setembro de 1985. **Dispões sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras Providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7377.htm> Acesso em: 24 de ag. de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9261, de 10 de janeiro de 1996. **Altera a redação dos incisos I e II do art. 2º, o caput do art. 3º, o inciso VI do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9261.htm> Acesso em: 24 de ag. de 2017.

CALVET, Louis-jean. Sociolinguística: uma introdução crítica/ Louis-jean Calvet; tradução Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola, 2002. 176p., 18cm

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Manual de Expressão Oral e Escrita**. 27. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 - 168 p.

CASTILHO, Ataliba T. De, **Nova gramática do português brasileiro** / Ataliba T. de Castilho. – 1. Ed., 1ª Reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2010.

CEPE/UFRR, Resolução nº 009/2011-, 15 de junho de 2011, **Fixa normas para Apresentação dos Trabalhos Técnico Científicos**. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/biblioteca_normas_cepe_2011.pdf> Acesso em: 01 de dez. de 2016.

CEPE/UFRR, Resolução nº 009/2011-, 15 de junho de 2011, **Fixa normas para Apresentação dos Trabalhos Técnico Científicos**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario%205/Downloads/Resol%20n%20009%202011-CEPE%20-%20Fixa%20normas%20para%20Apresentao%20dos%20Trabalhos%20Tcnicos%20Cientific%20da%20UFRR.pdf>> Acesso em: 28 de ago. de 2017.

COUTO, Hildo Honório, do **ECOLINGUÍSTICA: Estudo das relações entre língua e meio ambiente**/ Hildo Honório do Couto. – Brasília: Thesaurus, 2007. 462 p.

ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, N.10, 2010 Pág.1 Veridiana Mazon Barbosa da Silva1, **ECOLINGUÍSTICA: UMA PERSPECTIVA ENTRE LINGUAGEM, DISCURSO, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE**. Graduada em Letras (Português – Inglês) pela Universidade Estadual de Goiás.-Urutaí- Goiás – Brasil.

FERRAZ, Rosimeri Sabino; Universidade Federal de Sergipe, et al. **A COMUNICAÇÃO OFICIAL NA GESTÃO PÚBLICA: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**, Rosimeri Ferraz Sabino, Omar Pinto Monteiro, Maria Claudinete Santos Bispo, Fabrício Oliveira Aquino, José Alexandre Silva de Brito, Angela da Silva Andrade, ESTUDO & DEBATE, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 105-117, 2014. ISSN 1983-036X, 2014 disponível em:

<<http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/605>> Acesso em: 10 de jan. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GONÇALVES, Adair Vieira, **Gêneros textuais na escola: da compreensão à produção**. / Adair Vieira Gonçalves. – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011. 272p.

LEDUR, Paulo Flávio, 1946 – **Manual de redação oficial dos municípios**/Paulo Flávio Ledur. – Porto Alegre, RS: AGE, 2007, 112 p.

MAINGUENEAU, Dominique. Souza e Silva, Maria Cecília (trad). Rocha, Décio (trad). **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. ampl. São Paulo, Cortez, 2013. 304 p. Disponível em:<file:///C:/Users/Usuario%205/Downloads/MAINGUENEAU%202013%20Cap.%204.pdf> > Acesso em: 08 de fev. de 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio, **PRODUÇÃO TEXTUAL, ANÁLISE DE GÊNEROS E COMPREENSÃO**.

MEDEIROS, João Bosco. **Manual da secretária** / João Bosco Medeiros, Sonia Hernandes. - 9. Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, Marinalva Freire da, **EM BUSCA DAS IDENTIDADES LINGUÍSTICAS E CULTURAIS** / Marinalva Freire da Silva / Manoel Matusalém SOUSA / Rafael Francisco BRAZ – João Pessoa: Sal da Terra Editora 2012. ISBN 350 p. Disponível em:<[http://www.academia.edu/6229159/1 Em busca das Identidades Lingu%C3%ADsticas and Culturais](http://www.academia.edu/6229159/1_Em_busca_das_Identidades_Lingu%C3%ADsticas_and_Culturais)> Acesso em: 10 de jan. 2017.

SILVA, Ana Luísa Soares da, Faculdade Internacional de Curitiba – FABINTER – **A comunicação escrita oficial no cotidiano laboral do profissional de secretariado executivo do setor público**. Passo Fundo/RS: UPF, 20, 21 e 22 de outubro de 2011 Disponível em:<<http://www.abpsec.com.br/abpsec/index.php/a-pesquisa/repository/Artigo/A-COMUNICA%C3%87%C3%83O-ESCRITA-OFICIAL-NO-COTIDIANO-LABORAL-DO-PROFISSIONAL-DE-SECRETARIADO-EXECUTIVO-DO-SETOR-P%C3%9ABLICO/>> Acesso em 24 de ag. De 2017.

SOARES, Magda Becker. **TÉCNICA DE REDAÇÃO: AS ARTICULAÇÕES LINGUÍSTICAS COMO TÉCNICA DE PENSAMENTO** por / Magna Becker / e/ Edson Nascimento Campos – Rio de Janeiro, ao Livro Técnico, 2004.

SOUZA, Luiz Marques de **COMPREENSÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS**/Luiz Marques de Souza, Sérgio Waldeck de Carvalho. 15. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOUZA, Arisberto Gomes de, Universidade do estado do Rio Grande do norte – UERN, Programa de Pós Graduação e Letras PPGL, **ESTUDO DOS GÊNEROS TEXTUAIS NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO FERRAMENTA PARA AS PRÁTICAS LINGUÍSTICAS E SOCIAIS**. Pau dos Ferros – RN, 2011. Disponível em: <http://www.uern.br/controldepaginas/ppgl-dissertacoes-defendidas-2011/arquivos/0722dissertacao_arisberto.pdf> Acesso em: 24 de ag. De 2017.